



EXAME DE ORDEM 01/2006

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO MANHÃ

QUESTÕES PRÁTICAS

Área de Opção: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01. A reclamada **X**, devidamente citada, não se fez presente à audiência. Compareceu, contudo, à solenidade, seu advogado, munido de procuração e da contestação, peça na qual foram atacados os pedidos formulados pelo reclamante de pagamento de verbas rescisórias e aplicação do art. 467 da CLT. O Juiz do Trabalho aplicou as penas de revelia e confissão à reclamada, não aceitando a entrega da contestação e de documentos. A sentença foi proferida no ato, julgando-se procedente em parte a ação para deferir o pagamento das verbas rescisórias. Diante do entendimento jurisprudencial dominante, responda fundamentadamente:

- a) adotou o Juiz do Trabalho posição mais adequada ao não aceitar a contestação? **(até 0,5)**
- b) deveria ter sido deferida a multa prevista no art. 467 da CLT? **(até 0,5)**

Questão 02. Por não ter sido comprovado o pagamento do depósito recursal, o Juiz do Trabalho denegou seguimento ao recurso ordinário interposto pelo advogado da empresa **X** (massa falida), o qual acompanhou todos os atos processuais na fase de conhecimento. Da referida decisão foi interposto agravo de instrumento, que não foi conhecido pelo TRT por ausência de procuração. Diante do enunciado, responda fundamentadamente:

- a) como advogado da massa falida, que argumento(s) jurídico(s) você apresentaria para ver conhecidos ambos os recursos? **(até 0,6)**
- b) da decisão que julgou o agravo de instrumento, é possível a apresentação de recurso? **(até 0,4)**

Questão 03. O Município de Mirápolis foi condenado pela Vara do Trabalho da localidade a pagar ao reclamante a importância de R\$ 6.000,00, referentes à diferença salarial decorrente de equiparação salarial. Diante disto, responda fundamentadamente:

- a) sob que rito processual deve ter tramitado a demanda? **(até 0,5)**
- b) deveria a Vara do Trabalho ter apresentado recurso ordinário de ofício? **(até 0,5)**

(SEGUE NO FINAL DO CADERNO)

-
- Questão 04.** Você é procurado pela empresa **Y**, tomadora de serviços da empresa **X** (prestadora de serviços temporários), que continua operando normalmente, para apresentar defesa trabalhista em ação na qual figura como segunda reclamada. A primeira reclamada é a empresa **X**, e o reclamante, ex-empregado dela. Dentre outros pedidos, o autor requereu a condenação de seu cliente de maneira solidária para com a prestadora **X**. Considerando-se a inexistência de previsão contratual para a solidariedade, bem como o fato de que ambas as empresas possuem controles acionário e administrativo absolutamente distintos, que duas situações legais você pode invocar em contestação para eximir seu cliente de qualquer condenação solidária?
- a) Situação A (até 0,4)
 - b) Situação B (até 0,6)

-
- Questão 05.** Em 15 de abril de 2005, a empresa **X** suspendeu o trabalhador **Y** sob a alegação de cometimento de falta grave. **Y** era presidente do sindicato profissional que congrega os empregados daquela empresa. Em 19 de maio de 2005, a empresa ajuizou ação pretendendo ver a extinção do contrato de trabalho legitimada pelo Poder Judiciário, uma vez que o trabalhador era detentor de garantia de emprego. Até aquele momento, **Y** não havia tomado qualquer medida judicial para questionar o ato da empresa. Marcada audiência para 20 de junho de 2005, a ela compareceram empregado e empregador. Contestada a ação, o Juiz acolheu a arguição de decadência e julgou a ação improcedente. Diante disto, responda fundamentadamente:
- a) qual a ação própria para atender a pretensão da empresa? (até 0,3)
 - b) foi correta a atitude do Juiz? (até 0,4)
 - c) havia algum prazo para que a empresa ajuizasse a ação? (até 0,3)

Observação: Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 01/2006, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.